

# MUSEU DA ENERGIA - NÚCLEO DE JUNDIAÍ<sup>1</sup>

Karina Pardini Toledo

Sueli Martini

Donizetti Aparecido Pinto

## Formação Histórica de Jundiaí

“Jundiaí, a oitava cidade mais antiga do Vale do Tietê, não fugira à regra, de que os caminhos abertos pelos bandeirantes proporcionaram a vinda de aventureiros e conseqüentemente de seus primeiros povoadores.”<sup>2</sup>

Situada às margens de um afluente do rio Tietê que lhe daria o nome, o Jundiaí – em língua tupi, rio dos jundiás, uma espécie de bagre - surge no início do século XVII uma pequena povoação, cuja origem é bastante controversa.

Acreditou-se durante muito tempo que a fundação de Jundiaí se teria dado no ano de 1615, pelas famílias de Rafael de Oliveira e da viúva Petronilha Atunes, naturais de São Paulo. Fugitivos da justiça devido ao assassinato do marido de Petronilha, teriam se internado pelos sertões assentando-se no lugar onde supostamente edificaram uma capela sob a invocação de N. Sa. do Desterro, que teria daso origem à Vila que viria a tornar-se a cidade de Jundiaí.

Estes personagens existiram de fato, mas pesquisas posteriores, baseadas em documentação segura, provaram ser impossível o romance entre Rafael e Petronilha. No livro publicado em 1994, *Aditamentos para História da Fundação de Jundiaí*, seus autores, membros do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, descartam essa versão da história.

O que se sabe ao certo é que no ano de 1651 deu-se o término da construção da igreja de N. Sa. do Desterro<sup>3</sup>, da qual de fato Rafael de Oliveira, o Moço – filho de Rafael de Oliveira, o Velho, falecido em 1648 – foi o fundador.

---

<sup>1</sup> Artigo publicado in HISTÓRIA & ENERGIA. Patrimônio Arquitetônico da Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo. 2ª Ed. São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, 2000. n. 8. 76 p. anual.

<sup>2</sup> CAMPANHOLE, Adriano; SANTOS, Wanderley dos; GICOVATE, Moisés. *Aditamentos para a história da fundação de Jundiaí*. Jundiaí: Literarte, 1994. 115 p. p. 4

<sup>3</sup> Esta data é referente à capela fundada no local onde mais tarde surgiu a Vila de Jundiaí. No entanto, havia uma outra capela com o mesmo nome, fundada em 1643 em Santana do Parnaíba, município do qual a Vila de Jundiaí fez parte até 1654.

“Petronilha poderia estar nesta data ou mesmo antes nas terras de Jundiaí e assim teria ajudado, com sua família, a construir a Igreja. Todavia, não existe prova documental a esse respeito”.<sup>4</sup> Até então havia naquela região somente um povoamento disperso que, devido à construção de uma capela para os ofícios religiosos - a mais próxima, em Santana do Parnaíba, era de difícil acesso - começou a se condensar. Em 1655 o povoado foi elevado à categoria de Vila e em 1657 foi constituída a Câmara da recém-criada “Vila Formosa de N. Sa. do Desterro de Jundiahy”.

Foi somente a partir das primeiras décadas do século XIX que a Vila de Jundiaí começou a se destacar, através da produção de cana, café e algodão, pois até então sua economia havia estado baseada na agricultura de subsistência. Em 28 de março de 1865 a Vila foi elevada à categoria de cidade.

Em 16 de fevereiro de 1867 foi inaugurada a Estrada de Ferro de Santos a Jundiaí, que veio a facilitar a comunicação da pequena cidade com a capital, trazendo, naturalmente, um incentivo à agricultura, cujos produtos passaram a escoar mais rapidamente.

No final do século XIX, Jundiaí havia se tornado um importante entroncamento ferroviário, o que favoreceu o desenvolvimento industrial, solidificando sua economia. Significativos complexos fabris fizeram de Jundiaí uma das cidades mais importantes do atual Estado de São Paulo, mas esse processo de industrialização só ocorreu efetivamente após a implantação definitiva da energia elétrica na região, a partir de 1905.

A cidade possui hoje quase cinco centenas de indústrias de diversos tipos e uma população em torno de 300 mil habitantes.

### **Eloy Chaves e a Energia Elétrica em Jundiaí**

A inauguração do sistema de iluminação elétrica em Jundiaí deu-se em 3 de novembro de 1905 pela **Empresa Luz e Força de Jundiaí**, formada por Eloy Chaves em parceria com Edgard Egydio de Souza e Adalberto de Queiroz Telles.

Edgard Egydio de Souza (1876-1956) nascido em Campinas, formou-se engenheiro de minas e eletricitista na Bélgica. Retornando ao Brasil em 1900, ingressou na São Paulo Light, onde seria o primeiro brasileiro a conseguir cargos de chefia, chegando a superintendente geral e vice-presidente. Foi também professor da Escola Politécnica da

---

<sup>4</sup> CAMPANHOLE, Adriano; SANTOS, Wanderley dos; GICOVATE, Moisés. *Aditamentos para a história da fundação de Jundiaí*. Jundiaí: Literarte, 1994. 115 p. p. 57

Universidade de São Paulo (1900-1936) e presidente de várias empresas controladas pela Light, inclusive a Empresa Luz e Força de Jundiaí S.A.<sup>5</sup>

Eloy Chaves (1875-1964) foi um dos mais importantes pioneiros da eletricidade no Estado de São Paulo, destacando-se não só como empresário mas também como político.

Recém formado em Ciências Jurídicas e Sociais, transferiu-se para Jundiaí em 1897 para assumir um cargo de promotor. Em 1898 casou-se com Almerinda Mendes Pereira, filha de um influente major da cidade, o que o auxiliou no começo da carreira. Aos vinte e três anos renunciou ao cargo de promotor e enveredou para a política, elegendo-se vereador – foi presidente da câmara Municipal de Jundiaí – e depois deputado federal pela legenda do Partido Republicano Paulista – PRP.

Integrou importantes comissões, inclusive a incumbida de reorganizar o quadro do funcionalismo público federal. Sua carreira de legislador veio a culminar com a chamada “Lei Eloy Chaves”, de 24 de janeiro de 1923, instituindo a primeira Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários, a base da política previdenciária nacional, da qual resultaria o atual INSS. No executivo estadual, geriu a pasta da Justiça e Segurança Pública do Estado nos governos de Rodrigues Alves (1912 – 1916) e Altino Arantes (1916 – 1920)<sup>6</sup>.

No ramo industrial começou com a pequena Empresa Luz e Força de Jundiaí e tornou-se, ao longo dos anos, um dos grandes empresários privados no ramo da energia elétrica no Brasil. Foi proprietário de companhias já existentes, como a Empresa Força e Luz de Mogi Mirim, Empresa Melhoramentos de Mogi-Guaçu e Companhia Luz e Força Jacutinga, que associaram-se à S.A. Central Elétrica Rio Claro – SACERC. A Empresa Elétrica do Itapura e a Empresa Elétrica de Andradina foram criadas pelo próprio Eloy Chaves em 1944 e 1948, respectivamente.

Além das usinas Monte Serrat e Quilombo, Eloy Chaves foi proprietário das seguintes hidrelétricas da SACERC e associadas:

- Usina do Corumbataí, em Rio Claro, a terceira mais antiga do Estado de São Paulo
- Usinas Emas Velha e Emas Nova, em Pirassununga
- Usina do Tatu ou Ribeirão do Pinhal, em Limeira

---

<sup>5</sup> ELETROPAULO. Edgard de Souza. *Boletim Histórico*, São Paulo, n. 10, p. 14-16, 1988. Ver também SODRÉ, Ruy de Azevedo. *A vida e a obra de Edgard Egidio de Souza*. São Paulo: 1976.

<sup>6</sup> Durante o governo de Rodrigues Alves, Eloy Chaves foi responsável pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública enquanto Altino Arantes foi responsável pela Pasta do Interior. Em 1916 Altino Arantes assume a

- Usina do Lobo ou Carlos Botelho, em Itapira
- Usina do Jacaré, em Brotas
- Usina Eloy Chaves, em Pinhal
- Usina Jacutinga, na cidade do mesmo nome no Estado de Minas Gerais

Eloy Chavez possuiu também termelétricas em Rio Claro, Três Lagoas e Jundiaí<sup>7</sup>.

### **Empresa Luz e Força de Jundiaí**

A chegada da energia elétrica foi um grande marco para a cidade de Jundiaí, como escreve Hermes Pio Vieira: “A Empresa (sic) Força e Luz de Jundiaí foi organizada no momento certo e com as pessoas certas. Havia premente necessidade de energia elétrica em todo o mundo e, mais que em qualquer outra parte, no Brasil, sendo São Paulo o Estado onde a carência energética reclamava urgente solução, dada a rápida evolução verificada em seu território, notadamente na capital e em algumas cidades do interior, como Jundiaí, cujo progresso era visível e firme”<sup>8</sup>

A escritura de concessão de privilégio e contrato para exploração do fornecimento de água, luz e calor por meio de eletricidade para a cidade de Jundiaí, foi assinada no dia 2 de junho de 1904 entre a Câmara Municipal e os engenheiros Edgard Egydio de Souza e Adalberto de Queiroz Telles, industriais, residentes na capital.

Oito dias após a assinatura do contrato foi constituída a Empresa Luz e Força de Jundiaí<sup>9</sup>, a qual refere-se o próprio Eloy Chaves em discurso realizado na sessão da Câmara Municipal de Jundiaí em sua homenagem, em 14 de dezembro de 1960:

“... a instalação de eletricidade em nossa terra nasceu no correr de uma festa realizada nos fidalgos salões de um jundiaense ilustre – o Sr. Francisco de Queiroz Telles.

---

presidência do Estado deixando sua Secretaria. Eloy o substitui interinamente, permanecendo ainda no exercício da Secretaria de Justiça e Segurança Pública.

<sup>7</sup> Hermes Pio Vieira refere-se à existência de uma termelétrica em Jundiaí. Ver obra citada, p. 317 e 339. O senhor Geraldo Barbosa Tomanik, pesquisador da história de Jundiaí, em comunicação pessoal a Karina Pardini Toledo em setembro de 1999, confirma a existência de uma termelétrica na cidade no início do século. Ver a carta de 18 de julho de 1941, citada abaixo.

<sup>8</sup> VIEIRA, Hermes Pio. *Eloy Chaves: precursor da previdência social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 374 p. p. 314.

<sup>9</sup> Até o presente estágio de organização do Acervo FPHESP, o nome de Eloy Chaves surge na documentação do Fundo Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S/A, que abrange a São Paulo Light & Power, apenas em 16 de junho de 1911, no contrato entre a Câmara Municipal de Indaiatuba e a Empresa Luz e Força de Jundiaí, como Diretor Tesoureiro desta última. LIGHT – Serviços de Eletricidade S.A. Companhias Aliadas. Contratos com as Municipalidades. Departamento de Relações Públicas, 1950. mimeo, p. 171 e 182. (Fundo Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S/A, acervo FPHESP). Ver nota 11.

No decorrer da seleta reunião, dois ilustres engenheiros, o Dr. Edgard de Souza e Aguiar de Andrade, o primeiro recém-chegado da Bélgica, onde fizera brilhantes estudos que o autorizaram a entrar em alta função da Light and Power, que iniciava então em São Paulo os seus grandiosos projetos, chegaram a uma das janelas da velha mansão, que dá para o largo da Matriz, e, vendo a luz bruxoleante dos vetustos lampiões que escassamente iluminavam a cidade – se dirigiram a mim e indagaram porque em Jundiaí não se havia ainda cogitado da instalação da luz elétrica na cidade.

Perguntei em réplica aos meus interrogadores se estavam dispostos a formar, com elementos de prol da cidade, uma empresa que levasse avante o grande melhoramento.

Acolhida a idéia com entusiasmo, formou-se a Empresa denominada Luz e Força de Jundiaí.”

A concessão foi dada pelo prazo de 20 anos a partir da data da assinatura do contrato. Os concessionários deveriam inaugurar a iluminação pública no prazo de dezoito meses a partir do início das obras, e teriam um prazo de dois meses após a data da assinatura do contrato para iniciá-las.

A câmara municipal determinaria a locação das lâmpadas, no máximo 250, que teriam um espaçamento de 35 a 40 metros, seriam incandescentes e de poder iluminante de 32 velas. Os postes deveriam ser de ferro, tubulares, nos seguintes trechos: rua do Rosário, entre o Largo de São Bento e a rua Cândido Rodrigues: rua Torres Neves, na extensão que ia da Companhia Paulista de Estradas de Ferro ao centro da cidade. Nas demais ruas a Empresa poderia empregar postes de madeira, nunca inferiores a quatro metros de altura. A iluminação pública funcionaria toda a noite, desde o anoitecer até o amanhecer, variando conforme as estações do ano.

Dentro das cláusulas contratuais, a Câmara obrigava-se a “isentar os concessionários, os seu sucessores, e bem assim todos os seus representantes e empregados, de todo e qualquer imposto ou ônus municipal, criado ou por criar durante todo o período deste contrato, a partir desta data, de modo que a Empresa, seus representantes, seus empregados, suas construções, instalações e serviços, e tudo quanto a eles diga respeito, fiquem completamente livres de qualquer contribuição para os cofres municipais, a qualquer título, o consumo de luz e força”<sup>10</sup>.

Em 28 de novembro do mesmo ano há um aditamento ao contrato. O número de lâmpadas, 250, passaria para 310. A empresa faria a instalação das 60 lâmpadas não contempladas no contrato, sem ônus para a Câmara Municipal, mediante as seguintes

---

9 LIGHT – Serviços de Eletricidade S.A. *Companhias Aliadas*: contratos com as municipalidades. São Paulo: 1950. 440 p. p. 152. Cópia mimeográfica.

condições: A Câmara Municipal, a Matriz, o Largo da Matriz, o Hospital São Vicente de Paula e o Jardim Público seriam iluminados, gratuitamente, empregando-se duas lâmpadas de arco voltaico na Matriz; um "arco tipo" de duas mil velas no Largo da Matriz; seis lâmpadas de 32 velas no Jardim Público e dez lâmpadas, todas elas de dezesseis velas, em cada um dos demais estabelecimentos acima mencionados.

Com o contínuo aumento da demanda de energia e a instalação de novas indústrias na cidade, a Câmara Municipal e a Empresa Luz e Força de Jundiaí fazem em 1910 outro aditamento ao contrato de 1904.

Segundo esse novo aditamento, a empresa se comprometia a fazer, no prazo de oito meses, a separação entre o serviço de iluminação pública e o serviço particular; a instalar no prazo de dezoito meses, na usina de Monte Serrat, mais uma turbina de força de 650 cavalos; no prazo de seis meses, a trocar as lâmpadas de iluminação pública de força iluminativa de 32 velas por lâmpadas de 50 velas, de filamento metálico e, por fim, a modificar os três postes do Largo da Matriz para que passassem a ter quatro braços e lâmpadas de 100 velas, de filamento metálico.

O prazo de concessão, anteriormente de 20 anos, foi aumentado para 26, contados a partir de 1 de janeiro de 1911 até 1 de janeiro de 1937. A empresa expandia-se, e em 1911 assina um contrato de concessão e privilégio para fornecimento de energia elétrica à cidade de Indaiatuba. O contrato, com prazo de trinta anos, foi assinado na própria residência do Dr. Eloy de Miranda Chaves, um dos presidentes da empresa, estando presente, como representante da Câmara Municipal, o prefeito de Indaiatuba, tenente Alfredo de Camargo Fonseca. A empresa poderia se utilizar da energia produzida pela Usina Monte Serrat ou fazer uma instalação nova no município de Indaiatuba. A iluminação pública e particular deveria ser inaugurada no prazo máximo de doze meses a partir da data da assinatura do contrato.

A companhia jundiaense não colocou mais uma turbina em Monte Serrat, como foi proposto no aditamento de 1910, mas construiu outra usina no rio Jundiaí, a hidrelétrica Quilombo, inaugurada em 1913. As usinas passaram a trabalhar em conjunto.

Em 1927 o controle acionário da empresa e de outras companhias da região e do Vale do Paraíba passam para o grupo Light. Em 1954, pelo Decreto Federal 35063, de acordo com a resolução número 860, de 11 de abril de 1953, do Conselho de Águas e Energia Elétrica, a concessão foi incorporada, como a de outras empresas concessionárias de serviços públicos, à Companhia de Eletricidade São Paulo e Rio - CESP. Em 1967, o

Decreto Federal 6132 aprovou a incorporação de diversas outras empresas concessionárias de serviços públicos, entre elas a CESP, pela São Paulo Light S.A. Serviços de Eletricidade.

A ligação entre a empresa jundiaense e a Light é melhor explicada pelo próprio Eloy Chaves, no mesmo discurso acima citado: “Com a expansão de nossos serviços e com o crescimento da cidade, tornou-se exígua a nossa produção de energia e tivemos de ligar nossas linhas à Usina de Parnaíba, da Light, de que passamos a adquirir determinada quota de energia.

A esta altura meu sócio e eu, que nunca fomos dominados pelo espírito de lucro e que sempre vimos no serviço que prestávamos o objetivo maior da utilidade pública, resolvemos transferir para a referida Light and Power o acervo da nossa Empresa.

Sabíamos bem, diante do manifesto progresso da cidade, que íamos nos desfazer de um bem de alto valor e seguro futuro, mas, consideramos que em nossas mãos tal serviço não poderia tomar as proporções necessárias para satisfazer as necessidades de uma cidade que estava abrindo as asas para um grande vôo.

Estou seguramente convencido de que entregando à Light a minha Empresa e trazendo-a para Jundiaí na plenitude de sua ação eu estava dando à nossa terra a chave de seu desenvolvimento industrial.”

A usina Monte Serrat, devido à sua pequena capacidade de geração, já não operava desde 1960, mas a autorização para sua paralisação só se deu em 1964. Alguns de seus equipamentos foram então vendidos à Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Quilombo foi desativada em 1970. Mais tarde ambas foram vendidas a particulares. Hoje só restam os vestígios de algumas das suas estruturas hidráulicas, principalmente as de Quilombo, tais como a barragem, partes do tubo de concreto, as alvenarias em pedra e as quatro paredes da casa de máquinas<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> FERRARI, Sueli Martini. As usinas de Monte Serrat e Quilombo. *Memória Eletropaulo*, São Paulo, n. 24, p. 62-76, abr./jun. 1997.

## A subestação de Jundiaí

Devido a peculiaridades da documentação da Empresa Luz e Força de Jundiaí<sup>12</sup>, pouco se sabe sobre a história do prédio que foi construído para abrigar a antiga subestação da São Paulo Light & Power na cidade, onde hoje é o Museu da Energia da Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo - FPHESP. Pelo que foi possível levantar até o momento, o terreno, situado na rua Barão de Jundiaí n.º 202, área central de Jundiaí, foi adquirido em 1905 pela Empresa Luz e Força de Jundiaí, mas teria sido ocupado somente na década de vinte, quando a Light incorporou várias empresas de eletricidade, construindo um grande número de subestações para regularizar a transmissão e distribuição de energia elétrica. No entanto, há indícios de que nesse local existira uma termelétrica da empresa de Eloy Chaves<sup>13</sup>.

Segundo uma carta de R. M. Pyles, inspetor geral da Light, a Odilon de Souza, diretor da empresa canadense, datada de São Paulo, 18 de julho de 1941, houve um incêndio na subestação de Jundiaí no dia anterior, provocado por uma falha no equipamento. Ao relatar o incêndio na carta, o inspetor menciona: "Quanto aos assoalhos de madeira que se queimaram completamente, eles existiam embaixo e ao redor do quadro em uma área talvez de uns 6 m<sup>2</sup> e na sala vizinha ao salão do conversor que fica parcialmente sobre as oficinas mecânicas cobrindo um túnel que dava antigamente comunicação com a chaminé usada no tempo da usina a vapor, em uma extensão de talvez uns 12 m<sup>2</sup>". O túnel acima mencionado existe até os dias de hoje.

Um outro indício da existência dessa termelétrica é o livro de Hermes Pio Vieira, que relaciona as usinas de Eloy Chaves, colocando-o como proprietário de uma termelétrica em Jundiaí.<sup>14</sup>

Em 1953 a Light transforma o imóvel da antiga subestação de distribuição de energia em uma agência de atendimento comercial, que em 1981 passa a ser propriedade da Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. Em 1988, por iniciativa de José Henrique

---

<sup>12</sup> A documentação que possui informações a respeito desta empresa não constitui um fundo próprio no acervo da FPHESP, fazendo parte do fundo Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S/A, ainda em processo de organização.

<sup>13</sup> Segundo Geraldo Barbosa Tomanik, algum tempo após a inauguração da hidrelétrica Monte Serrat em 1905, a Empresa Luz e Força de Jundiaí teria construído uma termelétrica auxiliar no citado terreno. Ver nota 6.

<sup>14</sup> VIEIRA, Hermes Pio. *Eloy Chaves: precursor da previdência social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 374 p. p. 317 e 339.

Beraldo, os funcionários da Eletropaulo em Jundiaí começaram a organizar informalmente uma coleção de objetos antigos relacionados à energia elétrica, iniciativa encampada pela Empresa, que inauguraria o Museu da Energia em 1996.

Em 1998 o prédio passa a pertencer à Empresa Bandeirante de Energia S.A. e em junho do mesmo ano o imóvel é doado para a Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo. Os espaços restaurados da antiga subestação abrigarão o Museu da Energia – Núcleo de Jundiaí, onde experimentos científicos e equipamentos lúdicos transformarão o mistério da eletricidade e do gás em informações didáticas sobre a história e o uso racional da energia, disponibilizando-as aos visitantes.

---

KARINA PARDINI TOLEDO é historiadora, SUELI MARTINI, arquiteta e DONIZETTI APARECIDO PINTO, licenciado em Estudos Sociais.

### **Bibliografia**

CAMPANHOLE, Adriano; SANTOS, Wanderley dos; GICOVATE, Moisés. *Aditamentos para a história da fundação de Jundiaí*. Jundiaí: Literarte, 1994.

ELETROPAULO. Edgard de Souza. *Boletim Histórico*, São Paulo, n. 10, p. 14-16, 1988.

FERRARI, Sueli Martini. As usinas de Monte Serrat e Quilombo. *Memória Eletropaulo*, São Paulo, n. 24, p. 62-76, abr./jun. 1997.

LIGHT – Serviços de Eletricidade S.A. *Companhias Aliadas: contratos com as municipalidades*. São Paulo: 1950. mimeo..

SODRÉ, Ruy de Azevedo. *A vida e a obra de Edgard Egydio de Souza*. São Paulo: 1976.

VIEIRA, Hermes Pio. *Eloy Chaves: precursor da previdência social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.